

Demonstrações Financeiras

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

31 de dezembro de 2018

com Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Financeiras

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>		<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ATIVO				PASSIVO			
Circulante		109.212	193.143	Circulante		4.567	55.514
Disponibilidades	4	205	244	Outras obrigações		4.567	55.514
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	73.717	148.439	Sociais e estatutárias	13.b	1.665	11.956
Aplicações em depósitos interfinanceiros		73.717	148.439	Fiscais e previdenciárias	8	774	40.916
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		9.305	5.913	Negociação e intermediação de valores	9	1.889	2.166
Carteira própria	6	9.305	5.913	Diversas	10	239	476
Outros créditos		25.915	38.547	Exigível a longo prazo		5.764	10.931
Diversos	7	25.915	38.547	Outras obrigações		5.764	10.931
Outros valores e bens		70	-	Fiscais e previdenciárias	8	4.998	4.998
Despesas antecipadas		70	-	Diversas	10	766	5.933
Realizável a longo prazo		12.843	13.431	Patrimônio líquido	13	111.725	140.207
Aplicações interfinanceiras de liquidez		11.069	-	Capital social:		111.725	140.207
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	11.069	-	De domiciliados no País		104.338	52.169
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	10.437	De domiciliados no Exterior		-	52.169
Carteira própria	6	-	10.437	Reserva Legal		2.724	2.391
Outros créditos		1.774	2.994	Reserva Especial de Lucro		4.663	33.478
Diversos	7	1.774	2.994				
Permanente		1	78				
Total do Ativo		<u>122.056</u>	<u>206.652</u>	Total do Passivo		<u>122.056</u>	<u>206.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2018		2017
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		3.708	8.707	213.421
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16	3.708	8.707	215.777
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	-	(1.765)
Resultado com empréstimo no exterior		-	-	(591)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.708	8.707	213.421
Outras receitas (despesas) operacionais		(787)	(1.305)	(38.794)
Despesas de pessoal		(173)	(330)	(495)
Outras despesas administrativas	17	(570)	(1.193)	(2.705)
Despesas tributárias	18	(194)	(904)	(28.163)
Outras receitas operacionais	19	903	2.035	3.105
Outras despesas operacionais	20	(753)	(913)	(10.536)
Resultado operacional		2.921	7.402	174.627
Resultado não operacional		-	-	(1.680)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.921	7.402	172.947
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	49	(741)	(24.382)
Provisão para imposto de renda		33	(401)	(18.922)
Provisão para contribuição social		16	(340)	(15.157)
Ativo fiscal diferido		-	-	9.697
Lucro do semestre / exercícios		2.970	6.661	148.565
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	13.a	27.977	27.977	27.977
Lucro por lote de mil ações - em R\$		106,16	238,09	5.310,25

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	104.338	-	-	(100.740)	3.598
Lucro do exercício	-	-	-	148.565	148.565
Constituição de reservas (Nota explicativa 13.c)	-	2.391	33.478	(35.869)	-
Dividendos (Nota explicativa nº 13.b)	-	-	-	(11.956)	(11.956)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	104.338	2.391	33.478	-	140.207
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	104.338	2.391	33.478	-	140.207
Lucro do exercício	-	-	-	6.661	6.661
Constituição de reservas (Nota explicativa 13.c)	-	333	4.663	(4.996)	-
Dividendos pagos (Nota explicativa nº 13.b)	-	-	(33.478)	-	(33.478)
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 13.b)	-	-	-	(1.665)	(1.665)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	104.338	2.724	4.663	-	111.725
Saldos em 30 de junho de 2018	104.338	2.576	3.506	-	110.420
Lucro do semestre	-	-	-	2.970	2.970
Constituição de reservas	-	148	1.157	(1.305)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 13.b)	-	-	-	(1.665)	(1.665)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	104.338	2.724	4.663	-	111.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018		2017
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro dos semestre / exercício		2.970	6.661	148.565
Ajustes ao lucro:				
Depreciação e amortização	17	-	77	475
Tributos Diferidos		-	-	(9.697)
Provisões para riscos	11.b	(120)	(1.001)	5.157
Despesa de juros e de variação cambial sobre empréstimos no exterior		-	-	3.389
Baixa de ativo permanente		-	-	1.680
Total dos ajustes		(120)	(924)	1.004
Lucro ajustado		2.850	5.737	149.569
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(59.287)	(70.044)	-
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(3.206)	7.045	3.570
Redução/(Aumento) em outros créditos		2.690	13.852	47.762
(Aumento)/Redução em outros valores e bens		(70)	(70)	113
Redução em instrumentos financeiros derivativos		-	-	(531)
(Redução)/Aumento em outras obrigações		(1.632)	(43.157)	12.745
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(58.655)	(86.637)	213.228
Redução em obrigações por empréstimos no exterior		-	-	(53.999)
Dividendos a pagar		(1.665)	(1.665)	(11.956)
Dividendos pagos	13.b	-	(45.434)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.665)	(47.099)	(65.955)
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(60.320)	(133.736)	147.273
No início do semestre/exercício	4	75.267	148.683	1.410
No fim do semestre/exercício	4	14.947	14.947	148.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017.

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”) faz parte do Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) e sua atividade iniciou em 01 de setembro de 2005.

Em 2014, foi aprovado pelos conselheiros da Companhia o acordo operacional entre a Corretora e a “Rico” Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objetivo foi a integração do DirectaInvest e da Rico.com.vc, plataforma de investimentos da Rico Corretora. Essa operação inseriu-se no processo de aquisição de uma participação de 51% pela Corretora no capital social da FLAFLU Participações S.A., holding financeira. Como parte do processo de aquisição, a Corretora adquiriu debêntures conversíveis, emitidas pela FLAFLU Participações S.A., controladora da Rico Corretora.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

Em 2016, a Corretora assinou Contrato de Compra e Venda de Valores Mobiliários e outras Avenças (“Contrato”) junto à XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Compradora”), celebrando a venda de sua participação econômica na FLAFLU Participações S.A., representada por debêntures conversíveis, conforme mencionado acima.

No final do mês de junho de 2017, após aprovação pelo Banco Central do Brasil, a venda da participação na FLAFLU foi concluída e os recursos foram recebidos pela Corretora, apurando um ganho na venda destas debêntures, no montante de R\$ 202.538.

Em novembro de 2018, o Banco Caixa Geral Brasil S.A. adquiriu do Caixa BI a participação de 50% que ele possuía na CGD Investimentos e, portanto, a partir deste momento, o Banco passou a ser o único acionista da Corretora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e são elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;

Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e
Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2019.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez e demais operações ativas e passivas

As operações com cláusula de atualização monetária ou cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d) Títulos e valores mobiliários

Como a Corretora só detém títulos classificados para “negociação”, os mesmos são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.

Os títulos classificados na categoria de “títulos para negociação” são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento.

e) Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

Os ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independentemente de seu vencimento.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota, e;
- **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes dos impostos.

h) Uso de estimativas

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do

valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades	205	244
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>14.742</u>	<u>148.439</u>
Total	<u>14.947</u>	<u>148.683</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>2018</u>			<u>2017</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>14.742</u>	<u>58.975</u>	<u>11.069</u>	<u>84.786</u>	<u>148.439</u>
Total	<u>14.742</u>	<u>58.975</u>	<u>11.069</u>	<u>84.786</u>	<u>148.439</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição e abertura de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
De 3 a 5 anos	<u>9.298</u>	<u>9.305</u>	<u>5.906</u>	<u>5.913</u>
Total de títulos para negociação	<u>9.298</u>	<u>9.305</u>	<u>5.906</u>	<u>5.913</u>
Títulos mantidos até o vencimento:				
Fundos de Renda Fixa				
Sem vencimento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.437</u>	<u>10.437</u>
Total de Títulos mantidos até o vencimento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.437</u>	<u>10.437</u>
Circulante	<u>9.298</u>	<u>9.305</u>	<u>5.906</u>	<u>5.913</u>
Realizável a longo prazo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.437</u>	<u>10.437</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>9.298</u>	<u>9.305</u>	<u>16.343</u>	<u>16.350</u>

Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Corretora não fez reclassificações entre as categorias “negociação”, “disponível para venda” e mantidos até o vencimento”.

Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado divulgados pela ANBIMA.

7. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos e contribuições a compensar	1.758	13.959
Devedores por depósitos em garantia (a)	25.931	27.568
Adiantamentos e antecipações salariais	-	14
Total	<u>27.689</u>	<u>41.541</u>
Circulante	25.915	38.547
Realizável a longo prazo	1.774	2.994

(a) Referem-se, principalmente, ao IR/CSLL desmutualização da Bolsa no montante de R\$ 25.030 (R\$ 23.521 em 2017) e à discussão no tocante ao PIS/COFINS (lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 2.831 em 2017. A Corretora aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, e os títulos públicos depositados em garantia destes processos foram liberados pela Justiça Federal do Brasil, em 22 de fevereiro de 2019.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	741	39.574
Impostos e contribuições a recolher	33	1.342
Impostos diferidos (nota 12)	4.998	4.998
Total	<u>5.772</u>	<u>45.914</u>
Circulante	774	40.916
Exigível a longo prazo	4.998	4.998

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Credores - Conta Liquidações Pendentes	1.889	2.166
Total	<u>1.889</u>	<u>2.166</u>

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para riscos trabalhistas (*)	766	5.933
Provisão para despesas de pessoal	45	67
Fornecedores a pagar	4	21
Publicação e consultores jurídicos	183	188
Outras	<u>7</u>	<u>200</u>
Total	<u>1.005</u>	<u>6.409</u>
Circulante	239	476
Exigível a longo prazo	766	5.933

(*) Refere-se, principalmente, a ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 11).

11. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Provisões fiscais (a):				
PIS	-	-	-	2.831
COFINS	-	-	-	23.521
IR/CSLL Desmutualização	<u>-</u>	<u>25.030</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Provisões para riscos fiscais:	-	25.030	-	26.352
Provisões para riscos cíveis: (b)	-	109	-	500
Provisões para riscos trabalhistas: (c)	<u>766</u>	<u>792</u>	<u>5.933</u>	<u>716</u>
Total	<u>766</u>	<u>25.931</u>	<u>5.933</u>	<u>27.568</u>

- (a) Referiam-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS (Lei nº 9.718/98), anos calendários 2008 a 2012, onde questionava a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo, e ao IR/CSLL Desmutualização da Bolsa.
- (b) Em 31 de dezembro de 2018, a Corretora possuía 9 processos de natureza cível (10 em 2017), no montante total de R\$617 (R\$593 em 2017), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível.
- (c) Em 31 de dezembro de 2018, a Corretora possuía 3 processos de natureza trabalhista (15 em 2017), sendo 2 classificados como provável pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$766 (11 em 2017, no montante de R\$ 5.933), e 1 classificado como possível pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 48 (3 em 2017, no montante de R\$176).

A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 36.447, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2016	20.119	776	20.895
Reclassificação (1)	19.877	-	19.877
Constituição	18.255	5.526	23.781
Reversão	-	(369)	(369)
Transferência para impostos a recolher	(6.777)	-	(6.777)
Pagamento PRT (2)	(17.784)	-	(17.784)
Pagamento PERT (3)	<u>(33.690)</u>	<u>-</u>	<u>(33.690)</u>
Saldo em 31/12/2017	<u>-</u>	<u>5.933</u>	<u>5.933</u>

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	-	5.933	5.933
Constituição	-	548	548
Reversão	-	(1.879)	(1.879)
Pagamento processo trabalhista (4)	<u>-</u>	<u>(3.836)</u>	<u>(3.836)</u>
Saldo em 31/12/2018	<u>-</u>	<u>766</u>	<u>766</u>

(1) Referia-se, principalmente, aos recursos recebidos, em janeiro de 2017, do Banif Banco Investimento (Brasil) S. A., advindo de acordo firmado com o objetivo de encerrar o processo de arbitragem. Neste acordo, a Corretora recebeu o montante de R\$ 17.784 e assumiu a responsabilidade pelas contingências que anteriormente estavam previstas no contrato de compra e venda celebrado com o Banif na data de 06 de junho de 2010 e cobertos por “escrow account”.

(2) Em 2017, a Corretora aderiu ao Programa de Regularização Tributária-PRT para o processo de cobrança do PIS e COFINS sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas no montante de R\$ 17.784. Este programa previa parte da quitação da dívida (80% do valor total da dívida) com a utilização de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social. A Corretora fez a opção por esta forma de pagamento, registrando um crédito tributário de R\$14.227.

(3) Em 2017, a Corretora decidiu incluir no programa de parcelamento de tributos instituído pela Lei nº13. 496/17, denominado Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, os débitos de IRPJ e CSLL sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas e de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98), o qual se discutia a legalidade, a incidência e a constitucionalidade do tributo dos anos-calendários de 2013 e de 2014. O impacto dos descontos nas multas e nos juros incidentes sobre os processos mostrou-se economicamente mais benéfico do que a manutenção de suas discussões, considerando a opção pelo pagamento à vista dos débitos atualizados.

(4) No exercício de 2018, a Corretora encerrou 6 processos trabalhistas através de acordo, no montante de R\$ 3.836.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	7.402	7.402	172.947	172.947
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.827)	(1.480)	(43.213)	(34.589)
Efeitos tributários sobre (adições) / exclusões permanentes:	(43)	(34)	(2.638)	(2.111)
Despesas com Gratificações e Benefícios	-	-	(1)	(1)
Despesas com impostos indedutíveis	(43)	(34)	(2.637)	(2.110)
Efeitos tributários sobre (adições) / exclusões temporárias:	1.288	1.029	16.291	13.033
Provisão para contingente fiscal	-	-	5.029	4.023
Mtm TVM e Derivativos	(2)	(2)	797	638
Provisão Ágio Incorporação PINF	-	-	11.694	9.355
Reversão de Provisões para Contingência Trabalhista	1.292	1.033	(1.289)	(1.031)
Outros	(2)	(2)	60	48
Total	(582)	(485)	(29.560)	(23.667)
Prej Fiscal e Base Neg utilizada (30% do lucro)	181	145	8.121	6.497
Credito Tributário Contabilizado	-	-	7.904	6.323
Despesa de IRPJ e CSLL	(401)	(340)	(13.535)	(10.847)

A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda e Base Negativa da CSLL	9.693	7.754	17.447	9.874	7.899	17.773
Outras Provisões Temporárias	373	298	671	1.659	1.327	2.986
Total de Créditos Tributários Não Contabilizados	10.066	8.052	18.118	11.533	9.226	20.759

Em 31 de dezembro de 2018, a Corretora possui impostos passivos diferidos de R\$4.998, sendo R\$2.517 Imposto de Renda, R\$2.013 Contribuição Social, R\$ 65 PIS e R\$ 403 COFINS, incidentes sobre o valor recebido de R\$10.065, retido em uma conta “escrow” que será tributado à medida que os recursos forem disponibilizados para a Corretora.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais.

b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária. Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 09 de abril de 2018, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante total de R\$ 45.434, referente ao exercício de 2017, composto pelo dividendo mínimo obrigatório de R\$ 11.956 e pela reserva especial de lucros de R\$ 33.478. Em 31 de dezembro de 2018, foi proposto a distribuição de dividendos, no montante de R\$1.665.

c) Reserva de lucro

A reserva de lucros é constituída em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08. Conforme estatuto social, foram constituídas reserva legal de R\$ 333 (R\$2.391 em 2017) e reserva de lucros de R\$ 4.663 (R\$33.478 em 2017).

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	<u>Grau de relação</u>	2018		2017	
		<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	177	-	177	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	73.717	5.937	148.439	7.229
Obrigações por empréstimos					
Banco Nacional Ultramarino, S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	-	(117)

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 3.490/07, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basileia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Cambio S.A apresentado pelo Conglomerado da CGD em 31 de dezembro de 2018 é de 43,86% (34,07% em 2017).

16. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.639	6.450	10.388
Ganho na venda das debêntures	-	-	202.538
Resultado com títulos de renda fixa	1.069	2.268	2.812
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	(11)	39
Total	3.708	8.707	215.777

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
Comunicação	(12)	(27)	(44)
Processamento de dados	(239)	(448)	(433)
Serviços do sistema financeiro	(132)	(236)	(154)
Serviços técnicos especializados	(96)	(216)	(1.211)
Serviço de terceiros	(4)	(7)	(32)
Depreciação e amortização	-	(77)	(475)
Publicações	(35)	(76)	(96)
Viagens	-	-	(8)
Seguros	(35)	(66)	(150)
Outras	(17)	(40)	(102)
Total	(570)	(1.193)	(2.705)

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(149)	(354)	(8.492)
PIS	(24)	(58)	(1.379)
Atualização monetária	-	(321)	-
Adesão ao PERT	-	-	(18.255)
Outras	(21)	(171)	(37)
Total	(194)	(904)	(28.163)

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
Atualização de impostos	-	-	1.742
Reversão de provisões trabalhistas	873	1.879	369
Reversão de provisões operacionais	-	-	708
Outros	30	156	286
Total	903	2.035	3.105

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
Comissões sobre carta de fiança	-	-	(192)
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	(423)	(548)	(5.526)
Atualização financeira	-	-	(2.648)
Perdas processos trabalhistas	(330)	(330)	-
Outras despesas	-	(35)	(2.170)
Total	(753)	(913)	(10.536)

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 30 de junho de 2017, a Corretora transferiu para a XP Investimentos os softwares relacionados ao homebroker, no montante total de R\$1.680, os quais foram baixados para resultados, registrados no resultado não operacional.